



Luis Macedo



Agentes de saúde se mobilizaram na Câmara e ocuparam as galerias do Plenário durante a discussão da proposta

Piso de agentes de saúde ganha urgência

Mesmo com a aprovação do regime de urgência, faltou acordo para votação do projeto que estabelece piso salarial

Após mais de quatro horas de discussão, foi adiada a votação do piso salarial dos agentes comunitários de saúde (PL 7495/06). O Plenário chegou a aprovar, por 268 votos, a urgência do projeto, mas a obstru-

ção liderada pelo PT esvaziou a sessão no final da noite de ontem. O presidente Henrique Eduardo Alves propôs a votação da proposta em 5 de novembro, mas os líderes não fecharam acordo. | 3

Plenário aprova renegociação de dívida de estados e municípios

Texto aprovado muda índice de correção dos débitos de estados, do DF e de municípios com a União para diminuir o saldo devedor, com recálculo valendo a partir de janeiro de 2013. As dívidas serão corrigidas pelo IPCA mais 4% ou a taxa Selic. | 3

Deputados pedem melhorias no programa Luz para Todos

Diógenis Santos

| 5

Parlamentares devem ir à Rússia por libertação de ativista brasileira

Durante encontro com deputados e representante do Greenpeace, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, disse que nomeará um grupo de parlamentares para ir à Rússia pedir a libertação da ativista Ana Paula Maciel, detida no país. | 6

Políticos devem ouvir black blocs, dizem especialistas | 4



LEIA ESTA EDIÇÃO NO CELULAR

Created by Steele Agency

POLÊMICA | Invasão de instituto para resgatar cães foi crime, disse ministro durante audiência

Pesquisa com animais divide opiniões

O uso de animais em pesquisas científicas repercutiu ontem na Câmara. A Frente Parlamentar Ambientalista promoveu um ato público contra a experimentação de bichos para fins cosméticos. Além disso, o recente caso do Instituto Royal motivou opiniões divergentes.

Na semana passada, manifestantes invadiram o laboratório do instituto, em São Roque (SP), e liberaram 178 cães da raça beagle, que seriam utilizados em testes científicos. O episódio movimentou as redes sociais e, pela primeira vez, o governo federal se manifestou sobre o assunto em audiência pública que discutiu o Código Nacional de Ciência e Tecnologia (PL 2177/11).

Durante debate, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, classificou a invasão no instituto como "crime". "Esse ato foi feito à revelia da lei. Quando a legislação foi debatida, abordou-se também a necessidade de comunidade científica, agências públicas, universidades e empresas fazerem testes com relação a novos medicamentos. Em todo o mundo é assim, não só no Brasil", declarou Raupp.



Em ato público, a frente protestou contra o uso de animais em experimentos

O Instituto Royal é uma organização de sociedade civil de interesse público (Oscip) credenciada no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Divergência - O deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), que é o relator da comissão externa da Câmara destinada a apurar os acontecimentos no Instituto Royal, discordou. "Temos pareceres de cientistas que dizem exatamente o contrário do que

o ministro afirmou. Espero que ele se manifeste sobre os experimentos científicos realizados nesse instituto. É função do Ministério da Ciência e Tecnologia informar se existem ou não alternativas", argumentou.

O ministro sustentou que o Concea já havia vistoriado o instituto localizado em São Roque. Deputados da Frente Parlamentar e representantes de associações de proteção de animais querem que o Concea reveja todas as autorizações.

SAÚDE PÚBLICA

Dilma veta restrição prevista no Mais Médicos

A presidente Dilma Rousseff vetou o dispositivo da Lei do Programa Mais Médicos que proibia a atuação dos profissionais intercambistas fora do programa e condicionava a permanência no projeto, após a primeira etapa de três anos, ao ingresso em carreira médica específica.

O deputado Mandetta (DEM-MS) disse que o governo rompeu um acordo feito no Plenário da Câmara. "O relator e o governo fizeram um acordo para que, ao final de três anos, todos os médicos que estão no programa estivessem com os seus exames revalidados e integrando a carreira de Estado." Mandetta disse que o governo teria se comprometido a fazer concurso para efetivar esses profissionais. "As emendas de Plenário foram negociadas sem a garantia de que seriam mantidas no projeto", respondeu Dr. Rosinha (PT-PR). "Hoje eu tenho que ler o projeto não só como temporário, mas como algo que reestrutura a formação do médico no País e o SUS", defendeu.

Carreira - Na justificativa do veto, a presidente disse que a carreira médica citada no dispositivo vetado não existe hoje. Também não haveria a possibilidade de estrangeiros assumirem funções públicas permanentes. Também seria incompatível com as necessidades do serviço público proibir a atuação dos intercambistas fora do âmbito do Mais Médicos. O texto sancionado garante, porém, a revalidação do diploma após a primeira etapa.

AGENDA

QUINTA-FEIRA
24 de setembro de 2013

Medicina veterinária

Sessão solene em homenagem aos 45 anos do Sistema de Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária. Plenário Ulysses Guimarães, 9h

Avaliação do magistério

A Comissão de Educação reúne-se para debater em audiência pública o PL nº 6.114/2009, que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (Enameb). Entre os convidados está o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Plenário 10, 9h30

Metabolismo

A Comissão de Seguridade Social e Família realiza audiência sobre o PL 484/11, que torna obrigatórios exames para diagnóstico, em recém-nascidos, de anormalidades do metabolismo, no âmbito do SUS. Plenário 7, 9h30

Reforma política

O grupo de trabalho da reforma política com participação popular se reúne para deliberar sobre financiamento de campanhas e duração dos mandatos dos senadores, entre outros temas. Plenário 13, 9h30

Atualização monetária

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público realiza audiência sobre o PL 5.044/13, re-

lativo à atualização monetária dos débitos judiciais, e o PL 6.171/13, sobre regras para a desindexação da economia. Plenário 12, 10h

Meio ambiente

A Comissão de Meio Ambiente comemora os 32 anos da criação da política nacional de meio ambiente. Na reunião, será homenageado o primeiro ministro de Estado do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto. Plenário 8, 10h



LEIA AGENDA
COMPLETA
NO CELULAR

CORREÇÃO

A audiência com o ministro do Trabalho, Manoel Dias, foi promovida pelas comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, diferentemente do que informou o Jornal da Câmara em sua edição do dia 23 de outubro.

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

1ª Vice-Presidente
Andre Vargas (PT-PR)

2ª Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD-RN)

1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB-AC)

2º Secretário
Simão Sessim (PP-RJ)

3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

4º Secretário
Biffi (PT-MS)

Suplentes: **Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PE), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)**

Ouvidor Parlamentar: **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Procurador Parlamentar: **Claudio Cajado (DEM-BA)**

Corregedor Parlamentar: **Átila Lins (PSD-AM)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa: **Mozart Vianna de Paiva**

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon** (61) 3216-1500 secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Frederico Schmidt

Coordenador de Jornalismo

Antônio Vital

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Juliano Machado Pires

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Renato Palet



NEGOCIAÇÕES | Deputados chegaram a aprovar a urgência, mas obstrução acabou impedindo votação do texto

Votação do piso de agentes de saúde é adiada

Carol Siqueira

Depois de mais de quatro horas de discussão, foi adiada a votação do piso salarial dos agentes comunitários de saúde (PL 7495/06). O Plenário chegou a aprovar, por 268 votos, a urgência do projeto, mas a obstrução liderada pelo PT esvaziou a sessão no final da noite de ontem. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, propôs a votação do texto no dia 05 de novembro, mas os líderes não fecharam acordo.

A votação foi acompanhada por cerca de 200 agentes comunitários de saúde que, das galerias, pressionaram pela votação do projeto. Eles cantaram o hino nacional duas vezes no decorrer da sessão e cobraram a votação. A pressão foi suficiente para garantir a aprovação da urgência.

O governo inviabilizou a votação do projeto com o objetivo de ganhar tempo para negociar uma proposta em que o custo do aumento salarial dos agentes seja repartido com os estados ou municípios. Hoje, a União é responsável pelo custeio desses gastos e já repassa R\$ 950 por profissional, mas parte dos recursos é retida pelos municípios para pagamento de encargos. Para que esse valor se torne o piso salarial da categoria, o governo quer que outro ente sustente o pagamento dos encargos.

Segundo o Ministério da Saúde, em agosto havia 256,1 mil agentes



A discussão durou quase cinco horas e foi marcada por obstrução e falta de acordo

atuando em 5.424 municípios. A estimativa do ministério é que eles sejam responsáveis pelo acompanhamento de 125 milhões de pessoas atendidas pelo programa Saúde da Família.

O líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP) anunciou que a proposta será vetada se aumentar o gasto do governo federal. “Sob aparência de avanço poderá haver uma derrota no final, alertou.

O presidente Henrique Alves tentou fechar um acordo para que a proposta fosse votada no dia 12 de novembro, mas o Plenário se manteve dividido durante toda a discussão.

Ele ressaltou que se os deputados forcessem a votação, o resultado poderia ser desfavorável aos agentes, e lamentou o encerramento da sessão por falta de quórum. “Eu quis evitar que esta Casa se submetesse a essa posição constrangedora de não dar quórum para uma votação das mais importantes”, disse.

Acordo descumprido - PMDB, PT, PDT, PROS e PP concordaram com a votação no dia 12, mas Minoria, PSB, DEM, PPS, PV, PSD e PSC foram contra e prevaleceram na tentativa de votar o projeto ainda ontem. Roberto Freire (PPS-SP) chegou a dizer que não aceitaria qualquer acordo patro-

cinado pelo PT porque o partido descumpriu um acordo feito com o PSDB durante a votação da MP dos Mais Médicos (621/13). Parte da emenda do PSDB acabou vetada pela presidente Dilma Rousseff.

O líder do PSC, André Moura (CE), lembrou que o anúncio da votação foi feito em 25 de setembro, tempo suficiente para se chegar a um texto de consenso. No entanto, para o líder do PMDB, Eduardo Cunha (RJ), o Plenário optou pela solução da hipocrisia ao insistir com a votação ontem. “Se aprovado, o projeto certamente será vetado. Aqui estamos fazendo um palco eleitoral, disse. “Se tivermos sabedoria, é necessário um recuo para grande avanço ao final”.

Custeio dos salários - Os deputados aliados aos agentes de saúde, no entanto, não cederam aos apelos do governo e ressaltaram que há caixa para sustentar integralmente os gastos. “O governo gasta milhões em publicidade sem justificativa, mas para garantir recursos para salário digno ao agente de saúde tem que vir peça orçamentária”, criticou Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE).

O líder da Minoria, Nilson Leitão (PSDB-MT) disse que os agentes não podem ser encarados como gasto, mas como um investimento, porque são profissionais que diminuem filas de hospital. “Não é possível que se possa acreditar que o piso seria um rombo nos cofres públicos”, afirmou.

ECONOMIA | Correção será feita pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo mais 4% ou Selic, o que for menor

Dívida de estados e municípios deve ser renegociada

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar 238/13, do Executivo, que muda o índice de correção das dívidas de estados, do Distrito Federal e de municípios com a União para diminuir o saldo devedor, com recálculo valendo a partir de 1º de janeiro de 2013. O projeto será analisado ainda pelo Senado.

O texto foi aprovado por 344 votos a 9, na forma de uma emenda substitutiva do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), relator pela Comissão de Finanças e Tributação.

Segundo o texto, as dívidas serão corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ou a taxa Selic, o que for menor. Desde 1997, no caso dos estados; e de 2001, no caso dos municípios, as dívidas são corrigidas mensalmente pelo IGP-DI mais 6%, 7,5% ou 9%, conforme o contrato.

Descontos - O projeto aprovado autoriza a União a conceder desconto sobre os saldos devedores dos con-

tratos. Os descontos devem ser equivalentes à diferença entre o saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado usando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura do contrato até essa mesma data, considerando-se os abatimentos.

Foram incluídas dívidas assumidas pela União que bancos estaduais privatizados detinham em relação aos governos a eles vinculados

A novidade da emenda substitutiva em relação ao texto inicialmente aprovado na Comissão de Finanças é a inclusão de dívidas assumidas pela União que bancos estaduais privatizados detinham em relação aos governos a eles vinculados, segundo disciplinado pela Medida Provisória 2.192-70/01.

Limite - Em outra votação, o Plenário aprovou emenda do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) que limita a indexação das dívidas refinanciadas com base na Lei 8.727/93 à taxa Selic.

A emenda foi aprovada com a discordância do governo. A correção pela Selic atinge um total de R\$ 11 bilhões de dívidas de vários estados com bancos federais renegociadas com base nessa lei, o que beneficiaria estados como Goiás, Maranhão, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Pará, além do Distrito Federal.

O DEM obstruiu os trabalhos até a aprovação da emenda. O líder do partido, Ronaldo Caiado (GO), criticou o que considerou um direcionamento do projeto a governos aliados. “Essa correção é dirigida para cidades e estados escolhidos a dedo pelo governo para seus governantes

e aliados”, afirmou.

De acordo com Caiado, dos R\$ 474 bilhões totais a serem recalculados pelo projeto, R\$ 408 bilhões beneficiam São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (84% do total).

Quanto aos municípios, dos R\$ 66 bilhões em renegociação, cerca de 82% atendem à capital paulista (R\$ 54 bilhões), disse.

Bancos oficiais - O relator, Eduardo Cunha, explicou que o Ministério da Fazenda não aceita incluir as dívidas citadas na emenda porque elas foram contratadas com bancos oficiais, o que exigiria novo aporte de recursos do Tesouro ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal.

Na votação da emenda, o PMDB e outros partidos da base aliada apoiaram o PSDB e o DEM para acelerar a tramitação do projeto. “O PMDB honrou sua palavra e apoiou a emenda, mas defendendo que o governo vete esse item”, afirmou Cunha.

DIREITOS HUMANOS | O tema central de fórum mundial, em dezembro, será o diálogo em respeito às diferenças

Busca de diálogo entre sociedade e governo

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, disse ontem, na Câmara, que o objetivo do Fórum Mundial de Direitos Humanos é buscar um debate mais amplo com participação direta da sociedade civil brasileira e mundial diante dos desafios em relação aos direitos humanos da contemporaneidade.

“A diferença de fórum para conferência é que a segunda vem com delegações, já o fórum tem metodologia mais livre, as entidades trazem suas argumentações e exposições e apresentam diretamente ao Legislativo, ao governo federal”, observou a ministra, durante audiência da Comissão de Legislação Participativa.

O Fórum Mundial de Direitos Humanos será realizado entre os dias 10 e 13 de dezembro, em Brasília, e já conta com dois mil inscritos. De acordo com a secretária executiva da Secretaria de Direitos Humanos, Patrícia Barcelos, a expectativa é que haja cinco mil participantes.

Debate - O deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), que presidiu a audiência, concordou que o segmento



Maria do Rosário explicou o funcionamento do Fórum Mundial de Direitos Humanos

precisa de um debate muito mais amplo para “contaminar” outros segmentos da sociedade e sensibilizar não só o Executivo e o Legislativo, mas também o Judiciário.

“Hoje vemos as pessoas sendo tratadas como mercadoria. É preciso que a sociedade tenha uma visão menos mercadológica da vida. Vamos festejar esse fórum porque

é importante agregar instituições do Estado brasileiro mas, principalmente, a sociedade civil organizada”, disse Jordy.

O deputado defendeu a criação de um grupo de trabalho com integrantes da Comissão de Direitos Humanos e da Câmara para elaboração de agenda com apresentações a serem exibidas no fórum, com tra-

balhos legislativos e sugestões de leis mais eficazes.

Temática - Apesar de convocado pelo governo federal, o fórum tem um comitê organizador formado por entidades, que tomam as decisões, de forma colaborativa. O tema central será o diálogo em respeito às diferenças, debate público com foco na redução das desigualdades.

Serão debatidas “lutas fundamentais” dos povos, como regimes autoritários de outros países, e também temas mais específicos para tratar de grupos vulneráveis como crianças, adolescentes, idosos, imigrantes, pessoas com deficiência, gênero, raça e orientação sexual. Ao final ocorrerá uma discussão sobre como transformar os assuntos discutidos em políticas públicas.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, disse que intercambiar experiências é fundamental. “Precisamos avançar na elaboração, na promoção e na garantia dos direitos. Não estamos avançando, estamos resistindo para que não haja retrocessos”, declarou.

VIOLÊNCIA | Em debate, acadêmica diz que fenômeno é resultado de ‘doença institucional’ que o País está vivenciando

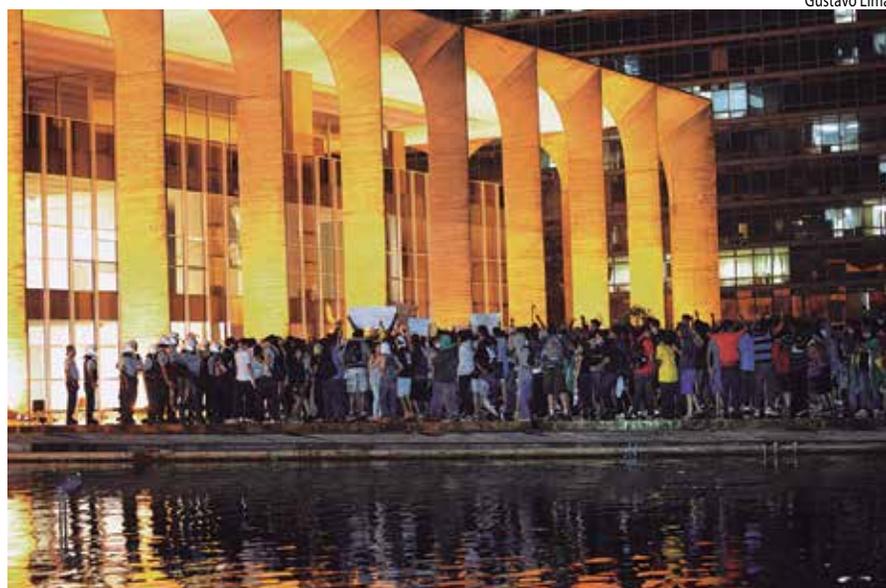
Para estudiosos, políticos devem ouvir black blocs

Os atos de vandalismo nas manifestações populares foram debatidos ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Segundo especialistas, o perfil dos black blocs é de estudantes universitários, de classe média baixa, sem vinculação política.

A professora de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo Esther Gallego foi às ruas da capital paulista para manter contato direto com os black blocs e pesquisar suas motivações e formas de ação. Segundo Gallego, a violência é usada como meio de expressão contra símbolos do capitalismo e dos governos.

“É um sintoma de algum tipo de doença institucional que o Brasil está vivendo. De uma forma, talvez, mais performática, o que eles estão fazendo é falar muito alto e claramente de um enorme descontentamento que passa grande parte da juventude brasileira”, afirmou a pesquisadora. “E eles falam comigo: ‘O governo não escuta a nossa frustração e indignação, então a violência é a única forma que temos de chamar a atenção e ser escutados.’”

Corrupção - Outro estudioso do movimento, o advogado Flávio Britto disse que o poder público erra ao re-



Em junho, manifestação em Brasília terminou com a invasão do Palácio do Itamaraty

primir o movimento com truculência, enquadrando-o na Lei de Segurança Nacional ou na legislação que trata das organizações criminosas, sobretudo diante da série de escândalos de corrupção e de impunidade envolvendo autoridades públicas.

“Será que um agente público, que usa a máscara para ocultar os crimes e os absurdos, é menos nocivo do que um estudante que veste uma máscara

e, muitas vezes, parte para o confronto pensando que vai fazer uma revolução?”, questionou o advogado.

Punição - Entre as sugestões para se lidar com esse novo fenômeno, os especialistas propuseram alterações no Código Penal a fim de garantir punição efetiva aos crimes em geral. Quanto ao vandalismo, o deputado Severino Ninho (PSB-PE) encomendou um anteprojeto para tipificar e punir

o dano ao patrimônio público ou privado decorrente de manifestações. O deputado defende a liberdade de manifestação “sem exceder os limites da lei”. Segundo ele, a punição ocorreria no caso de danos ao patrimônio público ou privado.

Houve consenso no sentido de que os políticos em geral precisam apostar no diálogo com os manifestantes, como sintetizou o advogado Gustavo Oliveira, coordenador do blog “Para Entender Direito”. “Calem-se, façam perguntas inteligentes e ouçam. Os senhores não vão conseguir o diálogo com as ruas apenas expressando o que os senhores já pensam.” Ele disse que, mesmo os que agem de forma violenta, têm reivindicações legítimas, como mudanças nas instituições públicas e combate à corrupção.

Espectacularização - A imprensa foi acusada de, em alguns casos, “espectacularizar” a ação dos black blocs. “Às vezes, eles não são nem 40 e há até mais jornalistas do que black blocs na manifestação”, afirmou Esther Gallego, que também manifestou preocupação com a radicalização de policiais e black blocs no Rio e em São Paulo, com riscos de se transformar em uma “grave espiral de violência”.

PINGA-FOGO

Dia da alimentação

Em referência ao Dia Mundial da Alimentação, Márcio Macêdo (PT-SE) alertou sobre a necessidade de os países adotarem políticas e ações voltadas para eliminar a fome no mundo e assegurar a segurança alimentar dos povos. “O tema é importante para alertar e conscientizar as pessoas sobre o problema. Atualmente, apesar dos progressos realizados, 842 milhões de pessoas no mundo sofrem de desnutrição crônica”, afirmou. De acordo com o deputado, modelos insustentáveis de desenvolvimento estão degradando o meio ambiente e ameaçando o abastecimento alimentar no futuro.

Terras indígenas

Contrário à demarcação de terras indígenas, Nelson Padovani (PSC-PR) disse que a Funai age de forma arbitrária e indiscriminada na demarcação dessas terras. Na opinião do parlamentar, isso está gerando vários prejuízos ao setor produtivo brasileiro. Padovani disse que a desapropriação de 100 mil hectares de terras gera um prejuízo de mais de R\$ 42 milhões para os produtores de soja e de milho, além de uma perda de 15% com a arrecadação de impostos.

Bolsa Família

O programa Bolsa Família ganhou o prêmio para Desempenho Extraordinário em Seguridade Social, concedido por uma associação internacional. Pedro Eugênio (PT-PE) lembrou que o programa do governo federal ajudou a retirar da extrema miséria 22 milhões de brasileiros. Na opinião de Pedro Eugênio, o prêmio se deve ao êxito do programa em combater a pobreza, além de melhorar a educação e a saúde das crianças.

Trabalho escravo

Janete Rocha Pietá (PT-SP) comentou denúncias de que 111 pessoas trabalhavam em condições análogas à escravidão. Ela disse que os operários estariam trabalhando nas obras de ampliação do terceiro terminal aeroportuário de Guarulhos (SP). Segundo a deputada, é inadmissível que condições de trabalho semelhantes à escravidão sejam encontradas na segunda maior cidade do estado, e responsável pelo oitavo PIB brasileiro.

ENERGIA | Durante a audiência, foi questionada a execução do programa em cinco estados

Deputados querem ampliação de alcance do Luz para Todos

Viola Junior

Deputados da Comissão de Agricultura pediram mais atendimentos e melhorias no Programa Luz para Todos, do governo federal. Em audiência pública na terça-feira, eles questionaram a execução do programa em Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso, Pará e Rondônia e defenderam melhor qualidade na energia que chega aos locais mais remotos do País.

“O principal é garantir energia para milhões de brasileiros que, a essa altura, estão demandando uma banda larga 4G, mas estão ainda sem condições de ter uma geladeira, um chuveiro, um motor para picar o capim, uma bomba para abastecimento de água”, observou o deputado Padre João (PT-MG), um dos que solicitaram a audiência.

Famílias sem luz - Ele afirmou que em Minas Gerais, 80 mil famílias aptas a receber energia segundo os critérios do programa ainda estão sem luz. “Não são residências novas, mas comunidades tradicionais, agricultores que estão na roça há séculos”, disse Padre João.

O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) acrescentou que no Mato Grosso quase 30 mil famílias na zona rural não têm luz.

Famílias atendidas - O diretor da área no Ministério de Minas e Energia, Aurélio Pavão, explicou que desde que foi criado, em 2003, o Luz para Todos já permitiu que mais de três



Padre João (E): em MG, 80 mil famílias aptas a receber energia ainda estão sem luz

milhões de famílias tivessem acesso à energia elétrica, especialmente em áreas de assentamento rural e em comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas, com investimentos de R\$ 20 bilhões até setembro.

Em 2011, o programa entrou em uma nova fase, com o objetivo de levar energia, até o fim de 2014, para mais 715 mil famílias. Dessas, quase 421 mil já foram atendidas.

O representante do Movimento dos Sem Terra (MST), Alexandre Conceição, pediu mais qualidade para a energia que chega ao campo, “para a gente produzir alimento também de melhor qualidade”.

Jesus Rodrigues (PT-PI) sugeriu que se incentivem as pequenas centrais hidrelétricas, para o consumo localizado. Nilo César de Oliveira, da Eletrobrás, reconheceu a necessidade de se buscar a qualidade. “Vários consumidores foram simplesmente ligados, com uma qualidade baixa do serviço”, disse.

Minas - Luiz Augusto da Costa, da Cemig, disse que a concessionária foi uma das que mais se empenharam e realizaram atendimentos e, entre 2004 e 2011, mais de 285 mil famílias foram beneficiadas. Ele lembrou, por outro lado, que a Cemig não participa da nova etapa do programa.

ORÇAMENTO | Créditos vão para áreas de educação, MPU e justiça Eleitoral e do Trabalho

Aprovados mais recursos para órgãos federais

A Comissão Mista de Orçamento aprovou proposta (PLN 7/13) que abre crédito suplementar de R\$ 942 milhões para o Ministério da Educação, o Ministério Público da União (MPU) e as justiças Eleitoral e do Trabalho. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) receberá a maioria dos recursos, R\$ 570 milhões, destinados a bolsas de apoio à educação básica.

Já a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) terá um crédito de R\$ 359 milhões. Desse total, R\$ 191 milhões também irão para bolsas de apoio à educação básica. Segundo mensagem enviada pelo Executivo, os recursos para educação destinam-se à expansão do Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid) e do

Plano Nacional de Formação de Professores (Parf). O dinheiro também será usado para realizar a Olimpíada de Matemática, reajustar o valor das bolsas do Observatório da Educação e para o Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Tribunais - A Justiça Eleitoral fica com R\$ 5,3 milhões, distribuídos entre os tribunais regionais eleitorais de Distrito Federal, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Tocantins. Para a Justiça do Trabalho, serão destinados R\$ 4,3 milhões aos tribunais da 3ª região (MG), 11ª região (AM e RR), 18ª região (GO) e 23ª região (MT). Os recursos vão para construção de fórum trabalhista, restauração de sede de tribunal e apreciação de causas trabalhistas.

O MPU terá R\$ 3,6 milhões para

construir procuradorias da República em Porto Alegre (RS), Teresina (PI) e Caruaru (PE), além do edifício-sede da procuradoria regional da República na capital gaúcha. Para atender esse crédito suplementar, o governo irá destinar R\$ 932 milhões do superavit do balanço patrimonial da União em 2012, entre outras fontes de recurso.

Capes - A comissão acompanhou o voto da relatora, deputada Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação da proposta. Ela rejeitou duas emendas e inadmitiu outra. Todas as mudanças queriam remanejar recursos destinados à Capes. “Opinamos pela rejeição para não descaracterizar o crédito”, afirmou. A emenda inadmitida e uma das rejeitadas eram de autoria da deputada.

ATIVISTA PRESA | Prisão ocorreu em protesto contra exploração de petróleo no Ártico

Parlamentares vão à Rússia por libertação de ativista brasileira

Deputados e senadores brasileiros deverão ir à Rússia pedir a libertação da ativista gaúcha Ana Paula Maciel, presa naquele país desde o dia 19 de setembro. Ela participava de um protesto do grupo Greenpeace na costa noroeste do país, quando foi presa pela guarda costeira da Rússia junto com os outros 29 tripulantes do navio *Artic Sunrise*, utilizado pela organização ambientalista em suas ações na região. O protesto era contra uma plataforma da empresa russa Gazprom no Ártico, onde a estatal procura petróleo. Os ativistas queriam denunciar os impactos ambientais da queima de combustíveis fósseis sobre o ecossistema ártico, mas foram presos acusados de pirataria.

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, decidiu sobre o envio de parlamentares à Rússia ontem, durante encontro com deputados federais e o diretor de Políticas Públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão. Calheiros disse que vai nomear uma pequena comissão de parlamentares para conversar pessoalmente com Valentina Matvienko, presidente do Conselho da Federação da Assembleia Federal da Rússia, equivalente ao Congresso Nacional brasileiro.



Jane de Araújo / Agência Senado

Decisão foi tomada em reunião do presidente do Congresso Nacional com deputados

Carta - O deputado Chico Alencar (Psol-RJ) participou do encontro e disse que o presidente do Congresso vai elaborar uma carta para os parlamentares entregarem a Valentina Matvienko, “reiterando a preocupação, que é da população brasileira, com essa detenção”.

Alencar considera a acusação de pirataria inadequada. Ele reclamou ainda das condições em que os 30 detidos do Greenpeace se encontram. “Eles estão numa região que fica a dois mil quilômetros de Moscou e

tem um inverno, que está chegando, rigorosíssimo, terrível. É dramático”, afirmou.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), que também participou da reunião, disse que o esforço do Congresso para a libertação dos ativistas vai se juntar ao do governo brasileiro. “Existe a possibilidade de que ela venha a ficar presa, ainda à espera de julgamento, por volta de um ano.” Os deputados Penna (PV-SP), Sarney Filho (PV-MA) e Jean Wyllys (Psol-RJ) também participaram da reunião.

Deputados entregam moção a embaixada

Os presidentes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), e da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, deputado Newton Lima (PT-SP), e o deputado Henrique Fontana (PT-RS) entregaram na terça-feira ao embaixador da Rússia no Brasil, Sergei Pogóssovitch Akopov, cópias das moções ao governo russo em prol da liberdade provisória para a bióloga Ana Paula Maciel.

Nelson Pellegrino recordou o momento especial em que se encontram as relações bilaterais Brasil – Rússia. Já Newton Lima não descartou levar o assunto para deliberação do Parlamento do Mercosul, que retomará suas atividades no dia 11 de novembro em Montevidéu.

Atuação pacífica - Henrique Fontana destacou que as ações dos parlamentares não pretendem interferir na Justiça russa, mas ressaltou que a demora em libertar os detidos é ruim para todos.

“A ação dos ativistas na plataforma da Gazprom no Mar de Barents foi inteiramente pacífica e consistia, basicamente, na colocação de cartazes alertando sobre os perigos da exploração de petróleo no Ártico”, explicou.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS | Proposta será apresentada na 19ª Conferência da ONU, a ser realizada em novembro, na Polônia

Embaixador: faltam ações de países ricos contra efeito estufa

O Brasil vai cobrar, principalmente das nações ricas, compromissos mais efetivos de redução das emissões de gases do efeito estufa. Essa é uma das propostas que o País vai apresentar na 19ª Conferência das Partes de Mudanças Climáticas (COP 19), segundo informou, na terça-feira, o embaixador José Marcondes de Carvalho, em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Ele será o principal negociador brasileiro no evento da Organização das Nações Unidas (ONU) que ocorrerá, de 11 a 22 de novembro, em Varsóvia (Polônia).

O embaixador avaliou que hoje existem “lacunas de ambição” por parte dos países ricos, o que gera “imobilismo” diante dos compromissos para conter a elevação da temperatura global. Entre as sugestões que o Brasil levará, Marcondes destacou uma ampla consulta pública quanto às metas de redução das emissões de cada Estado. “Todos os países deverão iniciar, já no começo do ano que vem, um processo que permita



Viola Junior

Embaixador José Marcondes de Carvalho e o deputado Sirkis, que sugeriu o debate

que toda a sociedade possa participar dessa discussão”, explicou.

Marcondes citou dados do mais recente relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) que revelam a emissão de 440 partes por milhão de gases do efeito estufa na

atmosfera, já bem próximo do limite (500 ppm) capaz de elevar a temperatura da Terra em dois graus Celsius.

Outra proposta brasileira será o desenvolvimento de uma tecnologia do IPCC para medir o histórico das emissões das nações, a fim de dar mais clareza quanto à responsabili-

zação de cada uma delas. O Brasil vai propor ainda o aprofundamento das pesquisas acerca dos efeitos de mecanismos de compensação financeira para ações de sequestro de carbono e de uso de biocombustíveis.

Acordos - O deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ), que propôs a audiência pública, se mostrou pessimista quanto ao consenso, mas defendeu a busca de acordos possíveis. No caso do Brasil, que “tem se firmado na posição de mediador”, Sirkis vê possibilidade de convergência, por exemplo, com relação à chamada agropecuária de baixo carbono. “Conseguimos avançar muito na redução de emissões por desmatamento. Agora, torna-se necessária, cada vez mais, a diminuição na agricultura e na pecuária”, explicou.

Vice-presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, o deputado Fernando Ferro (PT-PE) destacou a necessidade de construir um caminho concreto de “soluções sustentáveis para o desenvolvimento econômico”.

OBESIDADE | Crianças e adolescentes já apresentam doenças típicas de adultos, como diabetes tipo 2 e hipertensão arterial

Debatedores condenam dietas para crianças

Especialistas criticaram, em audiência na Câmara, as dietas restritivas para crianças. De acordo com a nutricionista Sophie Deram, doutora em obesidade infantil e genética pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, crianças obesas não devem fazer dietas restritivas, com proibição total de certos alimentos.

Ela citou pesquisas que demonstram que quando se orienta alguém a “fechar a boca” para perder peso, os efeitos são o oposto do desejado: “há aumento do apetite, diminuição do metabolismo e a pessoa fica mais obcecada por comida”.

A nutricionista participou de seminário promovido, na terça-feira, pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Metabolismo - O presidente do Departamento de Endocrinologia Pediátrica da Sociedade Brasileira de Endocrinologia, Paulo César Alves da Silva, concordou com a nutricionista. “Não gosto nem de usar a palavra dieta. Na verdade, quando a pessoa engorda, ela tem um distúrbio metabólico e tem que passar a comer correto para o seu tipo de metabolismo. Fazer dieta restritiva, jamais. É um equívoco até porque a criança está em fase de crescimento.”

Paulo Cesar Silva destacou que a alimentação das crianças é nor-



Gabriela Korossy

Alexandre Roso: mudança de hábitos

malmente fornecida pelos pais. São eles que compram o que se consome em casa e pagam as despesas nas cantinas das escolas, por exemplo. Por isso, segundo ele, é fundamental que os pais sejam conscientizados sobre a necessidade de prover a casa com alimentos saudáveis e de verificar o que as crianças estão comendo nas escolas.

IBGE - A Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008 e 2009 mostrou que, enquanto a desnutrição entre crianças vem diminuindo gradativamente,

a obesidade infantil está aumentando. Em 2008, uma em cada três crianças de 5 a 9 anos tinha excesso de peso. Também a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, de 2006, mostrou que 7% das crianças menores de 5 anos já apresentavam excesso de peso.

Doença crônica - A obesidade é uma doença crônica provocada pelo acúmulo excessivo de gordura no corpo. Entre as consequências da obesidade infantil, estão diabetes do tipo 2, hipertensão, lesões na pele, alterações psicológicas e obesidade na vida adulta. Além disso, em geral, obesos vivem menos. Estima-se que a taxa de mortalidade entre os obesos de 25 a 40 anos é 12 vezes maior que a de indivíduos de peso adequado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já considera que há uma epidemia de obesidade, por causa do grande número de casos em vários países.

Atividade - A endocrinologista Maria Edna de Melo destacou que, além de uma alimentação adequada, a atividade física é fundamental para evitar e combater a obesidade. Segundo ela, a educação física nas escolas do Brasil, por exemplo, é muito restrita e isso precisa mudar.

O deputado Alexandre Roso (PSB-RS), que é médico e sugeriu a realização do seminário sobre obesidade



infantil, afirmou que a forma de combater esse problema é a integração de esforços de toda a sociedade, com envolvimento da família, das escolas, da indústria de alimentos e do governo.

O deputado destacou ainda que campanhas educativas e a mudança de hábitos são fundamentais para prevenir a doença.

SAÚDE E EDUCAÇÃO | Palestrantes também defenderam diagnóstico precoce para garantir a qualidade de vida das crianças

Especialistas pedem tratamento no SUS para dislexia e TDAH

Em audiência da Comissão de Educação na última terça-feira, debatedores defenderam o diagnóstico precoce para garantir qualidade de vida de criança disléxica ou com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). O encontro foi realizado para ouvir avaliar sobre as dificuldades de aprendizado.

A dislexia é a dificuldade de compreensão de textos escritos. Já o déficit de atenção faz com que o aluno não consiga se concentrar o suficiente para aprender. Nos dois casos, o professor neuropediatra da Faculdade de Medicina do ABC Rubens Wajsztejn, explicou que o diagnóstico precoce é fundamental para garantir qualidade de vida para a criança.

Na opinião do neuropediatra, o Sistema Único de Saúde (SUS) deve oferecer diagnóstico e tratamento com o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar com médicos, psicólogos e fonoaudiólogos. “É fundamental a Câmara dar uma resposta a esse apelo da sociedade principalmente para aqueles indivíduos que frequentam a



Alexandra Martins

Mara Gabrielli: precisamos aprender como ensinar, e é isso que muitas vezes falta

escola pública e não podem dispor de dinheiro para tratamentos especializados.”

A Faculdade de Medicina do ABC possui três equipes para atendimento de pacientes com transtornos de desenvolvimento. Uma equipe multidisciplinar faz a avaliação. Detectado algum problema, a equipe de interven-

ção começa o tratamento. Ainda há uma terceira equipe - a equipe volante - que atende escolas públicas nas três cidades que compõem o ABC: Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul.

Tratamento - Nem todos, porém, concordam que os transtornos de aprendizado tenham que ser tratados

de forma clínica. Para Teresa Rachael Rodrigues, representante do Fórum Medicalização da Educação e da Sociedade, o sistema educacional não é flexível para atender às necessidades das crianças.

Inclusão - Para a deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), que propôs o debate, assuntos ligados à educação inclusiva têm de ser discutidos permanentemente para que a sociedade saiba mais sobre os problemas e possa procurar seus direitos. “Queremos que as pessoas com transtornos de déficit de atenção com hiperatividade ou dislexia ou qualquer outro transtorno de aprendizagem não sejam discriminadas. Acredito que todo aluno tem capacidade de aprender. Precisamos aprender como ensinar, e é isso que muitas vezes falta.”

A Comissão de Educação já aprovou projeto que obriga o poder público a manter programa de acompanhamento integral para estudantes com transtornos de aprendizado. A proposta (PL 7081/10) está na Comissão de Finanças e Tributação.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA | O texto apresentado foi negociado com o Poder Executivo



Zeca Ribeiro

De acordo com o deputado Sibá Machado, os itens sem consenso serão apresentados à Câmara como propostas independentes

Relator de código retira os pontos polêmicos da proposta

Lara Haje

O relator do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/11), deputado Sibá Machado (PT-AC), apresentou ontem um substitutivo que retira os pontos polêmicos da proposta. “Não é mais um código, mas um projeto para alterar a Lei de Inovação (Lei 10.973/04), a fim de melhorar a relação entre o empresariado e as instituições de pesquisa”, explicou o relator.

Sibá Machado apresentou o parecer durante audiência pública conjunta da comissão especial que analisa o projeto; da Comissão de Ciência e Tecnologia; e da comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 290/13, que incentiva o setor. O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, participou da audiência.

Flexibilização - Além de prever a criação de ambientes cooperativos de pesquisa e de geração de produtos inovadores, a proposta flexibiliza o regime de dedicação exclusiva de pesquisadores vinculados a entidades públicas. “Alguns tópicos do projeto inicial, embora importantes, guardam polêmica que pode impedir o avanço do debate, pois impactam em outros temas que ainda estão sendo trabalhados no âmbito do Executivo”, explicou Sibá. Ele citou o caso do tratamento da biodiversidade, que será regulamentada em texto a ser enviado à

Câmara perlo governo.

Principais pontos - O substitutivo trata da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, que já existem mas encontram dificuldades de implementação. O relator citou, entre os principais pontos da proposta: novos instrumentos de fomento à pesquisa; estímulo aos ambientes de inovação; compartilhamento de infraestrutura de pesquisa com empresas; concessão de recursos diretamente ao pesquisador; liberdade para entidades de pesquisa remanejarem recursos; e prestação de contas simplificada por parte das entidades.

“Não é mais um código, mas um projeto para alterar a Lei de Inovação e melhorar a relação entre o empresariado e as instituições de pesquisa”.

Sibá Machado

O texto também prevê participação do criador nos ganhos econômicos da pesquisa; previsão de afastamento do pesquisador público federal para prestar colaboração a outra instituição pública da área; e previsão de afastamento do pesquisador público para exercer atividades remuneradas de pesquisa em ICT privada ou empresa, entre outros pontos.

Pesquisas - Além disso, a proposta trata do visto temporário ao

pesquisador estrangeiro bolsista e institui a dispensa de licitação, nas contratações de Empresas de Base Tecnológica (EBT), a sociedade empresarial que fundamenta sua atividade produtiva no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços. O substitutivo também torna possível a contratação temporária nas instituições públicas.

Novas propostas - Conforme o relator, os pontos mais polêmicos do projeto inicial de código, do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) e outros nove parlamentares, vão se tornar novas propostas. É o caso dos itens que facilitam o acesso à biodiversidade brasileira para fins de pesquisa biológica; que flexibilizam a Lei de Licitações (8.666/93) para as compras e contratações no setor; e ainda quanto a aquisições e contratações de bens e serviços destinados a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; e isenção de impostos de importação para materiais de pesquisa.

Grupo de Trabalho - O projeto inicial teve como base um anteprojeto de lei elaborado por grupo de trabalho composto pelo conselho nacional de secretários da área, além de outras entidades de ciência e tecnologia. Já o substitutivo é resultado do diálogo com o governo e das audiências públicas e seminários, em diversos estados, que foram realizadas pela comissão especial que analisou o texto.

Ministro defende novo marco legal para o setor

O ministro Marco Antonio Raupp elogiou, durante a audiência, a iniciativa do Poder Legislativo de produzir um marco legal adequado para ciência e tecnologia. Segundo Raupp, antes da Constituição de 1988, a área era praticamente ignorada, e ganhou prioridade a partir de então. Porém, segundo ele, é necessária melhor interação com o setor privado.

Raupp elogiou o Legislativo por, segundo ele, entender esse cenário e formular o PL 2177/11, com objetivo de melhorar a relação entre o empresariado e as instituições de pesquisa. Ele elogiou ainda a PEC 290/13, que, afirmou, fará as adaptações necessárias na Constituição à realidade atual. “O conjunto dessas propostas será uma mudança importante para produzir um ambiente favorável ao pleno de desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no País”, salientou o ministro, que se comprometeu a acompanhar os deputados à reunião de líderes na terça-feira (29), para pedir a aprovação do novo marco legal.

Cessão de funcionários - O secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Marco Antonio de Oliveira, manifestou apoio ao substitutivo do deputado Sibá Machado e ao substitutivo do deputado Izalci (PSDB-DF) à PEC 290/13, mas demonstrou preocupação com dispositivo dessa proposta que admite a cessão temporária, pelo poder público, de recursos humanos, equipamentos e instalações a entes públicos e privados. O Ministério do Planejamento deve ser ouvido para garantir que não há conflitos com a lei que rege os servidores públicos, afirmou.

O vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), informou que os parlamentares vão tratar do assunto com o Ministério do Planejamento, “para tentar afinar o texto”.

Luis Macedo.



Jorge Bittar: negociações sobre PEC